

TEMA EM DISCUSSÃO: Números da pobreza

NOSSA OPINIÃO

Indução ao erro

Por algum tempo passou a ser reproduzida como verdade a existência de 500 mil prostitutas infantis no Brasil. Tal número, estardalhaçado, não resistia a uma análise mais profunda do problema, mas sua repetição pode ter contribuído para que a sociedade se sentisse imobilizada, sem condições de tomar iniciativas para resolvê-lo, tamanha a sua dimensão.

Comete-se o mesmo erro na avaliação da miséria e da pobreza no Brasil. Qualquer que seja o número de pessoas em estado de miséria ou indigência no Brasil, trata-se de fato de uma questão da maior gravidade. Mas, para que se possa traçar políticas públicas que efetivamente ajudem o país a não ter mais miseráveis e indigentes, é preciso fazer o diagnóstico a partir de estatísticas corretas, pois, se o problema não for bem dimensionado, as iniciativas não atingirão seus objetivos.

As estatísticas sobre o atual número de pobres variam de 14 milhões a 50 milhões, conforme a metodologia adotada por cada instituição. O governo federal trabalha com a estimativa de 23 milhões. Considera como miseráveis pessoas que pertencem a grupos familiares com rendimento insuficiente para a compra de alimentos que lhes proporcionem proteínas e nutrientes necessários a uma vida saudável. Já o PT lançou seu programa Fome Zero partindo de uma estatística de 44 milhões. A Cepal, das Nações Unidas, calcula em 20 milhões, e o Banco Mundial, em 14 milhões. Como se vê, números díspares.

A grave questão da miséria no Brasil é um prato cheio para a exploração política, especialmente em período eleitoral. Então, para se atacar o problema a sério, antes de mais nada é necessário saber a estatística que melhor retrata a realidade. Para que não haja indução ao erro.

OUTRA OPINIÃO

Ética e estatística

MAURICIO ANDRADE

Nos últimos 10 anos, vivemos um processo de construção e consolidação da democracia com ganhos consideráveis nos campos da liberdade, da transparência e da ética. Nesse contexto, institutos e centros de pesquisa, como o Ipea, o Dieese, a FGV entre outros, vêm dando uma contribuição fundamental para, de fato, revelar a qualidade de vida da população brasileira.

Particularmente em relação à fome e à pobreza, deve ser realçado o esforço do IBGE e do Ipea na elaboração do mapa da fome que, em 1993, apontava a existência de 32 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza, 17 milhões dos quais como indigentes. Passamos a ter uma dimensão mais clara e real do quanto e como o processo de evolução histórica do nosso país condenou um terço de sua população a passar fome e a não ter direito à cidadania.

Neste segundo semestre de 2001, o Ipea e a FGV voltaram a tratar da pobreza no Brasil. O primeiro constata a existência de 54 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza (os que vivem em famílias com renda inferior a 2 salários mínimos), dos quais 22 milhões de indigentes (aqueles que sobrevivem com a ajuda do Estado, ou da sociedade, até para comer). Já a FGV, em seu *Mapa do Fim da Fome*, elaborado sob a coordenação do professor Marcelo Nery, anuncia a presença de 50 milhões de indigentes no país. Os resultados desses dois trabalhos

apresentam cenários conflitantes. Mas ambos mostram uma realidade inaceitável para todos aqueles que desejam uma sociedade mais digna e equitativa.

A questão de fundo, no entanto, não está na discussão dos conceitos utilizados ou da metodologia e bases de dados aplicados por aquelas instituições na medição da fome e da pobreza. O cruel é que existam dezenas de milhões de brasileiros que não têm acesso efetivo e permanente à saúde, à educação, à alimentação, à moradia e ao lazer. Como cruel é a existência de pessoas e instituições que, por não quererem mudanças, apregoam, de forma mais ou menos clara, que a fome é uma mentira, que o desempregado é vagabundo, que na sociedade brasileira não existem racismo e preconceitos sociais de várias naturezas.

Na verdade, se o Brasil não tem efetivas políticas públicas de inclusão, não é por falta ou desconfiância nos dados estatísticos, mas, sim, por não termos clareza que país queremos construir. A CNBB tem razão quando denuncia a existência de cem milhões de brasileiros excluídos. É isto o que não aceitamos. Nossa luta é para mudar estruturalmente este quadro.

A fome, a marginalização e a exclusão social não são questões que a estatística possa solucionar. A superação desta vergonha nacional é uma questão ética e de prioridade política.

MAURICIO ANDRADE é coordenador-geral da Ação da Cidadania.